

1 Introdução

Raíssa Félix

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FÉLIX, R. Introdução. In: *Volta miúda: quilombo, memória e emancipação* [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2020, pp. 25-32.

Transfluência series. ISBN: 978-65-86213-14-0.

<https://doi.org/10.7476/9786586213317.0002>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

1

introdução

A palavra escrita é esta ferramenta que nos permite trazer pensamentos ao mundo, sempre incompleta, hábil a correções e dotada de intencionalidades. Esta é uma parte minha que vem se construindo há muito tempo, pelos caminhos trilhados por aquela/es que me compartilharam a vida e por tanta/os outra/os com quem irmana a minha existência, sempre ávida por entender o mundo, sensível e ainda mais.

Decerto que o caminho se faz sempre, ainda que não se esteja atenta/o para percebê-lo. E, ao fazer um exercício retrospectivo, percebo que a lembrança sempre foi, para mim, um aspecto essencial para que me sentisse “gente”. Das caixas com itens da infância, cartas e fotografias dos meus pais e avós, erigi. Percebendo ausências de uma história que excede a minha trajetória individual, reverti os sentimentos de espanto e tristeza na busca por uma consecução memorial hábil a construir-me a dignidade - a mim, que não me via dissociada dos meus avós indígenas e violentados, dos meus avós explorados nos campos de trabalho rurais, que me encontrava neste limbo que é ser “parda”.

Este livro é uma – das muitas perspectivas possíveis de – apresentação de um ciclo de vida iniciado antes mesmo do Mestrado Profissional na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), *campus* Paulo Freire, período em que de fato desenvolvi esta pesquisa. Do primeiro livro que li, apresentado por meu pai, numa antiga versão, guardo o apreço com as palavras. O velejador Amyr Klink (2011, p. 9), por meio de um perfil, encantou-me com a habilidade que têm as palavras de ensinar, despertar e, como acredito veementemente, transformar-nos e transportar-nos a outros lugares de senciência. Fê-lo descrevendo-me Rosa, um caso de amor. Uma canoa.

Durante os primeiros semestres da graduação em “Direito” – termo que hoje incomoda – descobri o “direito à memória e à verdade”, pois o seu reverso, defendido por alguns “doutrinadores” – outro termo incômodo – nunca me fez sentido, o “direito ao esquecimento”, que, inobstante às acepções em outras áreas do conhecimento, como a História e a Psicologia, sugere, no âmbito jurídico, a legitimação ao silenciamento. Que é esquecer, senão apagar a identidade por essência?

A trajetória nos bancos de uma faculdade branca e elitizada, mantida por uma irmandade católica, deu-me a técnica e a capacidade para entender e explicitar que inexistem direitos individuais, sociais, civis ou políticos sem a tutela primeira à história dos sujeitos. Eu, egressa da escola pública e bolsista integral pelo Programa Universidade Para Todos (ProUni), que assistia ao discurso incoerente sobre a dignidade humana, tornei-me advogada, graduei-me, então, vocacionada a evidenciar as fraturas de um sistema

que, de inúmeras maneiras, reprime, aprisiona e mata. Desde cedo entendi que a deturpação histórica é também uma forma de matar, como diria o mestre Abdias Nascimento (2019, p. 187).

O direito à memória levou à leitura de Jacques Le Goff (2003), o qual ensina que o silenciamento histórico – ou seja, quando a oportunidade de conhecer a história é tolhida, seja ela individual e/ou coletiva – faz-se uma ferramenta eficaz para o controle e alienação identitária. Em outras palavras, esse silenciamento forçado que distancia os indivíduos das suas origens perpetua o processo de dominação. Afinal, que era eu, não branca e não preta, autodenominada parda, e de que dignidade dispunha se me faltava conhecimento sobre as minhas origens, étnicas e territoriais? Percebi-me, em grande parte, uma lacuna.

De interrogação em interrogação, senti-me responsável pelo desconhecimento sobre a minha história, senti-me responsável por, durante a maior parte da minha breve existência, ignorar a riqueza histórico-étnico-cultural do meu lugar – incomodei-me com o silenciamento e fui à procura de respostas capazes de preencher de sentido o gentílico que me acompanha. Teixeira de Freitas é uma cidade localizada no Extremo Sul do Estado da Bahia, foi criada por meio da Lei nº 4.452, de 9 de maio de 1985 (BAHIA, 1985), a partir do desmembramento dos municípios de Alcobaça e Caravelas, de forma que, apesar das terras contíguas, somos distanciados por uma limitação territorial que parece dissociar a nossa origem – tão entrelaçada. Sentia-me, também, parte daquelas histórias.

1. A Fundação Cultural Palmares (2020) já certificou como remanescentes quilombolas as seguintes comunidades na região extremo sul da Bahia: Volta Miúda, Naiá e Mutum, do município de Caravelas, por meio da Portaria n.º 26/2005; Helvécia (Portaria n.º 7/2005) e Rio do Sul e Cândido Mariano, no município de Nova Viçosa, por meio da Portaria n.º 26/2005; e Vila Juazeiro no município de Ibirapuã, por meio da Portaria n.º 185/2009.

Lendo minha trajetória a partir de outro ângulo, aos 17 anos, quando comecei a trabalhar como revisora e repórter em um jornal local, tive meus primeiros contatos e ciência sobre a existência de comunidades remanescentes quilombolas na região do extremo sul da Bahia¹. Helvécia era uma incógnita que testemunhava a minha ignorância, e esta ignorância era uma agressão a mim, às crianças que via crescer, como eu, educadas em instituições escolares públicas incompetentes ao exercício libertário que, penso, deveria ser o processo de ensino-aprendizagem. Como assevera Kabengele Munanga (2015, p. 22), “o reconhecimento das identidades particulares no contexto nacional se configura como uma questão de justiça social e de direitos coletivos”, é a pedra angular da dignidade humana. Portanto, ignorar, consentir com a parcialidade da História, é agredir àqueles cujo sangue corre em nossas veias ou em nossas mãos, pois não há neutralidade possível ante a barbárie.

Das notícias e entrevistas à leitura de trabalhos de professoras e professores da Universidade do Estado da Bahia - *Campus X* me propus a pesquisar a comunidade de Helvécia. Iniciei a trajetória conversando e aprendendo com esses mestres, estive com o professor doutor Valdir Nunes dos Santos numa oportunidade em que realizou uma oficina de literatura na Escola Municipal João Martins Peixoto, em Helvécia, que me alertou sobre a responsabilidade da tarefa a que me propunha, sobre os vínculos que ensinaria e os sentimentos que me cativariam.

Ao professor doutor Gean Paulo Gonçalves Santana, agradeço por ter me despertado a olhar além. Foi seguindo a sua sugestão que, já depois da aprovação na seleção do

Mestrado, realizei incursões em Helvécia e em outras comunidades quilombolas da região, que me levaram a desbravar e fixar o âmbito da pesquisa na Comunidade Quilombola de Volta Miúda, município de Caravelas-BA. E isto se deu num processo de identificação com os moradores locais, pela proximidade territorial que me informa um vínculo pretérito com as mesmas terras onde nasci e habito, e em função da necessidade de contribuir com a produção científica com aquela comunidade.

Ingressar no mestrado foi a oportunidade para a minha busca em fomentar a comunicação e emancipação de conjuntos culturais menosprezados (MUNANGA, 2015), numa perspectiva multicultural, em colocar-me à disposição da resistência e da preservação da(s) história(s). A limitação da educação escolar e o alijamento da participação e vivência coletivas vitimam individualidades cujas identidades são subalternizadas em função de padrões que representam estereótipos de dominação, que lhes imputam subserviência e inaptidão a ocupar este mesmo lugar referencial. Aqui, falo da violência estrutural e sistêmica que, secularmente, mitiga a dignidade e liberdade das negras e negros e seus descendentes. Da colonialidade que escarifica o sujeito: arranca-lhe sua história, sua religiosidade, sua sensibilidade, tenta apaziguá-lo desumanizando-o. É sob a sede deste renascimento que se concebe o presente livro, um instrumento, ferramenta que se utiliza da voz para fazer ciência, da experiência para sensibilizar, da memória para alimentar a compreensão de uma alternativa decolonial para a vida.

Chico César, numa de suas canções, poetiza: “caminho se conhece andando, então vez em quando é bom se

perder... Perdido fica perguntando, vai só procurando e acha sem saber” (CÉSAR, 2008). Esta letra cai bem à leitura deste livro. Dirigi até Volta Miúda, apresentei-me e a meus objetivos, por aquelas pessoas fui recebida com abraço. Tive longas e adoráveis conversas com amigas e amigos, e o que trago aqui são traços de personalidades riquíssimas, inteligentes, sensíveis e perspicazes – quilombolas que existem e resistem. Os perfis biográficos que aqui trago são retratos escritos por mim a partir das prioridades e autorretrato que cada uma das entrevistadas e entrevistados me apresentaram. Ouso dizer que este livro não é meu, mas nosso. Ao delinear identidades, saberes e memórias das anciãs e anciãos de Volta Miúda, falo sobre afrodescendência, sobre seres quilombolas e liberdade, e, nestas linhas também gravei parte de mim, que serei, para sempre, grata por este encontro – com eles e comigo mesma.

Um percurso de apenas cerca de 40 minutos a partir da minha casa e que me levaria a um universo inimaginável. Volta Miúda me fez revolucionária, porque me fez sentir. Relatar esta caminhada nada mais é do que explicitá-la a partir de um ponto de vista possível. E há muitos. Conceber e internalizar a ideia desta multiplicidade, em contraponto ao vício da dicotomia excludente, já é, em si, um resultado deste percurso. Assim como elucidar o não contado, abstrair, com a permissão dos sujeitos daquela comunidade, e a partir da ausculta das suas vozes, aspectos históricos e culturais dissonantes da linguagem moderna-colonial-capitalista.

Busca, afeto, encontros, descobertas, reflexões e desconstruções, ingredientes desta aventura que é construída com anciãs e anciãos da Comunidade Quilombola de

Volta Miúda, localizada no Extremo Sul da Bahia (Caravelas/BA). Com a sua licença, imergi nas suas histórias, condensando-as no formato de perfis biográficos, inspirados no jornalismo literário, com textos breves, mas com vocação à profundidade. As preciosidades de longas e admiráveis horas de diálogo que, agora, rompem os limites de Volta Miúda, em prece.

Conceber é esta palavra que aduz criação, compreensão, que remete à geração humana. A concepção deste trabalho alude à sede de renascer que o motivou. Pois é precedido de inconformidade, irresignação, busca, trata-se do reflexo do não lugar que indeterminava a identidade da autora. Se cores não cabem ao seu fenótipo, o ser não branca e não preta determinava-lhe o limbo. As respostas prontas, mitos, eram ineptas a explicar à mestiça a composição cênica da sua liberdade. E, assim, o exercício do sentir se fez prática decolonial² e a escuta dos mais velhos um instrumento guia para o encontro do próprio ser. Este ser dissonante da coisificação e mercantilização da vida e relações humanas, que advoga por uma liberdade – esta utopia que está lá no horizonte – de formar-se, comportar-se, de sentir. Sob o lume das memórias busquei fazer-me gente.

Ao ser apresentado como uma proposta de humanização, este livro deve ser lido como um instrumento que convida à decolonização da vida. A autoria se constrói de forma implicada aos sujeitos de pesquisa, ao passo em que é um questionamento à mácula da colonialidade presente na formação e no Estado brasileiro, no sistema formal de Educação, nos instrumentos de produção da Ciência... Esta é uma narrativa construída sobre e a partir de histórias individu-

2. A decolonização aspira romper com a lógica monológica da modernidade, e se estabelece como um campo dialógico, voltado a pensar a modernidade/colonialidade de forma crítica, desde posições e de acordo com as múltiplas experiências de sujeitos que sofrem de distintas formas a colonialidade do poder, do saber e do ser (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 162).

ais que se interconectam, que desafiam a modernidade e os seus influxos tão diversamente opressores.

Assim, no Capítulo 2, leitoras, leitores e leitorxs serão apresentadas/os/xs à Comunidade Quilombola de Volta Miúda. O capítulo seguinte conduzirá à reflexão sobre o estado de colonialidade da nação brasileira e o papel do direito e do conhecimento no processo assimilacionista e negacionista das plúrimas identidades que conformam o povo. No Capítulo 4, participo os caminhos metodológicos utilizados com vistas à concretização do direito à memória coletiva dos quilombolas de Volta Miúda, passando, no Capítulo 5, à exposição das vozes alinhavadas em perfis biográficos. Nos Capítulos seguintes, 6 e 7, analisaremos a retomada da oralidade, seu caráter ancestral e a sua pujante resistência, e a dignificação da identidade quilombola a partir das memórias de Volta Miúda.

Grata aos que me antecederam e aos que virão, desejo a todas, todos e todxs uma feliz leitura.